

EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-853-3

DOI 10.22533/at.ed.533210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A GEOGRAFIA AGRÁRIA E O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA CAMPONESA

Elton Oliveira da Silva

Aníbal Simões Filho

DOI 10.22533/at.ed.5332108031

CAPÍTULO 2..... 13

RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JAURI: ESTRATÉGIAS GERACIONAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA

Adelma Ferreira de Souza

Eonilson Antonio de Lima

DOI 10.22533/at.ed.5332108032

CAPÍTULO 3..... 39

DEMANDAS SOCIAIS: O CULTIVO MONOCULTURAL TRANSGÊNICO E A CIÊNCIA DO LUCRO

Maria Paula da Rosa Ferreira

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra

DOI 10.22533/at.ed.5332108033

CAPÍTULO 4..... 43

SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!

Rogério Zanon da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.5332108034

CAPÍTULO 5..... 54

INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Luccas Bernacchio Gissoni

DOI 10.22533/at.ed.5332108035

CAPÍTULO 6..... 63

LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS

Ernesto Olmedo

Marcela Tamagnini

DOI 10.22533/at.ed.5332108036

CAPÍTULO 7..... 76

TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO

Sandro Reis Rocha Barros

Alessandra Rocha Melo

Eliana Crispim França Luquetti

DOI 10.22533/at.ed.5332108037

CAPÍTULO 8..... 98

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA: A IIRSA-INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Felipe Sanches Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5332108038

CAPÍTULO 9..... 116

COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

José Nilson de Andrade Pereira

DOI 10.22533/at.ed.5332108039

CAPÍTULO 10..... 129

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INICIO DO SÉCULO XX

Nelson Pôrto Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.53321080310

CAPÍTULO 11 141

PAISAGEM URBANA DAS CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Rosio Fernandez Baca Salcedo

Caroline Daiane Alves

DOI 10.22533/at.ed.53321080311

CAPÍTULO 12..... 153

INSPIRAÇÕES PARA A QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS NAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRINHO-RJ, BRASIL

Vitoria do Carmo Frejoli

Juliana Baptista Simões

DOI 10.22533/at.ed.53321080312

CAPÍTULO 13..... 164

HIGIENE PÚBLICA E A INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1861-1873)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.53321080313

CAPÍTULO 14..... 174

OS RISCOS ERGONÔMICOS NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM

Beatriz Botelho de Andrade

Leila de Fátima Santos

Lilian Machado Torres

DOI 10.22533/at.ed.53321080314

CAPÍTULO 15.....	186
RESISTÊNCIA EMOCIONAL E EMPODERAMENTO NO SALVAR VIDAS: EXPERIÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMERGENCISTA NO SAMU	
Paula dos Santos Andrade Ferreira	
Leonardo de Jesus dos Santos	
Adernilson Queiroz Alves	
DOI 10.22533/at.ed.53321080315	
CAPÍTULO 16.....	195
A UTILIZAÇÃO DE HQS EM PESQUISAS ACADÊMICAS: UM ESTUDO SOBRE A CORPOLATRIA PRESENTE EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA	
Aline Ferreira Antunes	
Flávia Cristina Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.53321080316	
CAPÍTULO 17.....	209
A SURDEZ UNILATERAL E O MODELO SOCIAL DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ANTE AO ARTIGO 37, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES	
Lara Maria da Frota	
Carlos Eduardo Ferreira Aguiar	
Wellington Aguiar Ponte Filho	
Patrícia Alves de Sousa	
Betânea Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.53321080317	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	218
ÍNDICE REMISSIVO.....	219

CAPÍTULO 5

INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 01/01/2021

Luccas Bernacchio Gissoni

Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial
São Bernardo do Campo – SP
<http://lattes.cnpq.br/3169916414077985>

RESUMO: Cronologicamente, a constituição do campo da economia política antecede os das ciências econômica e política. Sua delimitação deve ultrapassar a mera co-relação entre o *econômico* e o *político*. Dialogo com a delimitação oferecida por Hinkelammert em *Democracia y totalitarismo*, para quem a economia política, diferentemente da economia neoclássica, aborda seu objeto a partir da perspectiva da reprodução dos fatores produtivos. Esta delimitação tem espaço tanto para uma economia política burguesa como para uma economia política socialista. Mas, se a reprodução ampliada do capital pressupõe a não-reposição dos fatores, a burguesia não tem interesse científico ou político na reprodução destes. Alternativamente, proponho delimitar o campo da economia política justamente por sua antecedência não só cronológica, mas também lógica, à separação analítica entre o *econômico* e o *político*, que corresponde ao modo capitalista de produção, e que é condição histórica à constituição da economia e da política enquanto campos científicos separados e delimitados. A delimitação

que proponho abrange a questão da reprodução dos fatores, problema social não redutível às esferas econômica e política, e ao mesmo tempo apresenta a economia política como ciência radicalmente socialista, pois é capaz de enxergar a gênese histórica do pensamento burguês nas relações sociais de produção e a possibilidade de sua superação.

PALAVRAS-CHAVE: Economia política, delimitação de campo, pensamento burguês e pensamento socialista.

INTERDISCIPLINARITY IN SOCIAL SCIENCES AND DELIMITING THE FIELD OF POLITICAL ECONOMY: AN EPISTEMOLOGICAL APPROACH

ABSTRACT: Chronologically, the emergence of the field of political economy predates that of economics and political science. Its delimitation must surpass the mere correlation between the *economical* and the *political*. In the following words, I establish a dialogue with the proposition for delimiting the field of political economy offered by Hinkelammert in *Democracia y totalitarismo*, for whom, unlike neoclassical economics, the political economy approaches its object from the perspective of the reproduction of the factor of production. Hinkelammert's delimitation includes both a bourgeois and a socialist political economy. But, if expanded reproduction of capital presupposes non-reposing factors, the bourgeoisie has no scientific or political interest in reproducing them. Alternatively, I propose to delimit the field of political economy by its not only chronological, but also logical precedence to the analytical separation of the *economical* and

the *political*, which corresponds to the capitalist mode of production, and that is the historical condition to the constitution of economics and political science as separated and delimited fields. My proposition includes the matter do the reproduction of factors, a social problem not reducible to the economical and political spheres, and at the same time presents political economy as a radically socialist science, for it is capable of seeing the historical genesis of bourgeois thinking in the social relations of production and the possibility of its sublation.

KEYWORDS: Political economy, delimiting the field, bourgeois and socialist thought.

11 O QUE É ECONOMIA POLÍTICA

Etimologicamente, a expressão “economia política” compõe-se dos vocábulos οἶκος, literalmente “família” ou “casa”, mas que designa a família enquanto unidade produtiva na sociedade grega antiga; Νομία, divindade que representa as leis, estatutos ou ordenações – as normas (νόμος) – conjuntamente, οἰκονομία, isto é, regras para a boa administração da unidade familiar; e πολιτικά, relativa ao conjunto de assuntos que interessam à πόλις. A expressão teria sido utilizada pela primeira vez por Antoine de Montchrestien, em 1615, em seu *Traité d'Économie Politique*, no afã de diferenciar o que seria a economia pública, ou seja, as regras de administração da unidade política enquanto entidade econômica, da economia privada da οἶκος (AVELÃS NUNES, 2007).

Esta origem do campo científico da economia política, bem como do termo que o designa, revela que ele nasce como uma disciplina cujo objeto constitui uma unidade, ou, melhor dizendo, uma totalidade. Deste modo, não se trata, como poderia ser pensado a partir do momento histórico atual, de uma adição de duas disciplinas tidas *a priori* como delimitadas e separadas, cada qual com seu respectivo objeto, isto é, a economia e a política. Pelo contrário, a concepção da economia política enquanto campo do saber precede histórica e, conforme irei argumentar, também logicamente, ao nascimento da ciência econômica e da ciência política.

A partir da revolução marginalista, contudo, o método da economia política entrou em descrédito em relação ao paradigma dominante na ciência econômica. Com a publicação de *Principles of economics*, de Alfred Marshall, em 1890, a designação *economics*, na tradição anglófona, passou a ser favorecida em relação à *political economy*, revelando a “preocupação de apresentar a disciplina como uma *teoria pura*, como uma *ciência teórica pura*, à semelhança da matemática (*mathematics*) ou da física (*physics*) e, por parte de alguns autores, o propósito de pôr em relevo que o que interessa é o indivíduo e não os grupos, a sociedade ou o estado (*sic*)” (AVELÃS NUNES, 2007, p. 11). Evidentemente, tal projeto dependera da delimitação do objeto da ciência econômica a fim de depurá-lo de causalidades políticas, inaugurando a referida clivagem.

Se atualmente se encontra novamente em ascensão o campo da economia política, a perspectiva deste deve ultrapassar uma que pretenda pôr em diálogo as ciências econômica e política; afinal, esta clivagem não compõe a tradição da economia política

e, sobretudo, não se faz presente no próprio objeto – sua gênese está no processo de análise e abstração realizado pelo pensamento. Uma proposta de delimitação do campo é oferecida por Hinkelammert (1990). Segundo este autor, a tradição da economia política, mais que uma forma de pensar que considera a inter-relação entre o econômico e o político, pressupõe uma concepção determinada do econômico que difere daquela adotada pela economia neoclássica. De acordo com ele, se esta enfoca seu objeto desde o ponto de vista da atribuição ótima dos recursos, aquela o enfoca desde o ponto de vista da reprodução dos fatores de produção.

Esta oposição entre economia neoclássica e economia política não se confunde, *a priori*, com a oposição entre pensamento burguês e pensamento socialista. Assim, autores representantes da economia política burguesa como Smith, Malthus e Ricardo estão preocupados com a reprodução da força de trabalho, derivando daí a teoria do salário baseada na subsistência dos trabalhadores bem como do aparato produtivo, cuja permanência depende da reposição da maquinaria desgastada. Essas necessidades apresentam-se como limitantes objetivos das decisões políticas. Em Marx, a reprodução material da vida humana é elevada a condicionante de última instância da reprodução dos demais fatores produtivos, que neste caso incluem também a natureza. A tradição marxista, conforme argumenta Hinkelammert, elabora uma economia política socialista como crítica radical à economia política burguesa; a isto responde a burguesia com a elaboração de uma crítica radical à economia política como um todo, seja socialista, seja burguesa, através da teoria econômica neoclássica.

A teoria neoclássica, ao contrário da economia política, ainda segundo Hinkelammert, conceitua o econômico como “o campo de decisões sobre meios escassos em função de fins dados, sejam pelos gostos dos consumidores ou politicamente”, cabendo à ciência econômica o cálculo da “satisfação ótima das demandas expressas” por meio da designação dos recursos escassos segundo a disponibilidade do sistema produtivo (HINKELAMMERT, 1990).¹ Neste discurso, está ausente preocupação anterior com a reprodução dos fatores, e, na concepção do econômico presente na matriz disciplinar da economia neoclássica (KUHN, 1998), a determinação em última instância pelo econômico, presente tanto na economia política burguesa como na socialista, não tem qualquer sentido.

Deste modo, a economia política é capaz de abarcar as preocupações da teoria neoclássica; no entanto, na medida em que esta radicaliza a exclusividade dada à atribuição dos recursos, a recíproca não é verdadeira. Buscando definir a problemática da economia política na atualidade, Hinkelammert afirma que os marcos da atribuição ótima devem ser enquadrados dentro dos limites definidos pela necessidade da não destruição da reprodução do aparato produtivo. Este “marco logicamente prévio à multiplicidade de

1. A chamada teoria pura do direito, de Hans Kelsen (2009), transplanta esse discurso para a teoria jurídica, afirmando que o papel da ciência jurídica, concebida também como ciência teórica pura, limita-se ao cálculo da decisão correta em função dos fins dados pelo legislador – isto é, a norma jurídica – eles mesmos tidos como extra-jurídicos. Poderíamos chamá-la de *juridics*.

decisões que em economia se podem tomar” ganha destaque no momento em que “o sistema atual entra em crise à causa de sua impossibilidade de assegurar a reprodução dos fatores produtivos” (HINKELAMMERT, 1990).

Assim, por mais que tente, a economia neoclássica não consegue equacionar problemas como a miséria extrema, a fome e a destruição do meio ambiente. Faltam-lhe categorias para interpretar teoricamente esses e outros problemas, “cuja existência negaram há mais de um século”. À falta de teoria, tampouco pode a burguesia dos países centrais oferecer respostas políticas coerentes: “com sua insistência exclusiva na atribuição de recursos, não pode fazer nada mais que dizer como levar ‘otimamente’ a sociedade humana à sua própria destruição” (HINKELAMMERT, 1990).

A necessidade da solução de tais problemas vem, desde a Segunda Guerra Mundial, progressivamente reabilitando a economia política. Entretanto, como a burguesia tinha abandonado a esta em favor da teoria econômica neoclássica, ela partiu da tradição marxista para perpetrar tal reabilitação. Sua contradição com o pensamento econômico dominante nas universidades fez com que essa nova economia política burguesa nascesse desvinculada dos departamentos universitários; Hinkelammert especula que isto levaria a uma reformulação, no futuro, do ensino universitário de economia, “para tornar as universidades funcionais a novos pensamentos já dominantes no âmbito político burguês” (HINKELAMMERT, 1990).

Os problemas cujas soluções Hinkelammert argumenta que possam ser encontradas no campo da economia política são problemas simultaneamente econômicos e políticos; melhor dizendo, são problemas sociais complexos cujos aspectos econômicos e políticos são analiticamente delimitados pelo pensamento, por meio da abstração. Dito de outro modo, estes aspectos não se encontram separados na própria realidade. Daí deriva a dificuldade instrumental enfrentada pelos campos científicos que pretendem resolvê-los, que fazem abstração de elementos essenciais. Hinkelammert oferece uma delimitação do campo da economia política que, ao compreender que as esferas econômica e política do real não se encontram separadas e delimitadas no próprio real, ultrapassa o mero diálogo entre as ciências econômica e política, e com isto aborda os problemas sociais relevantes a partir de uma perspectiva que considera a totalidade. O autor aposta que esta perspectiva é capaz de solucionar os problemas candentes da atualidade.

2 | APRECIÇÃO CRÍTICA

De acordo com Hinkelammert, a crítica marxiana à economia política burguesa, no século XIX, levou ao total abandono da economia política por parte da burguesia, produzindo-se a teoria neoclássica. Contudo, a desconsideração, por parte desta última, de qualquer preocupação acerca da reprodução dos fatores, tem levado a burguesia a uma incapacidade de fornecer respostas aos problemas de nosso tempo, os quais apontam

para os limites sistêmicos da acumulação capitalista e para o esgotamento desses mesmos fatores – os quais, podemos afirmar com elevada certeza, vem se acentuando desde quando escreve o autor. Assim, Hinkelammert sublinha o aparecimento de uma nova economia política burguesa, que, partindo da economia política marxista, busca suplantá-la e oferecer respostas propriamente burguesas e imperiais à questão do esgotamento dos fatores, permitindo assim a continuidade do modo de produção capitalista, cuja superação é, para os marxistas, condição da continuidade da reprodução da vida humana.

Contudo, partindo das considerações de Hinkelammert acerca da preocupação axiomática da economia política com a reprodução dos fatores, cabe perguntar se esta pode ser de algum modo assegurada nos marcos do modo de produção capitalista, e portanto se a burguesia tem qualquer capacidade epistemológica de produzir uma teoria que tenha tal preocupação como princípio. Para Marx, a economia política burguesa, cujos melhores expoentes ele admira, corresponderia ao estágio histórico revolucionário da burguesia; a partir do momento em que esta classe assegura o poder político, tornando-se intrinsecamente conservadora, o pensamento econômico que produz passa de científico a apologético, perdendo qualquer capacidade crítica (LÖWY, 1996). No posfácio da segunda edição de *O Capital*, e 1873, Marx argumenta que as exigências da luta de classes na Inglaterra, França e Alemanha fez dos teóricos burgueses da economia política “meros sofistas e sicofantas das classes dominantes” ou, quando muito, tentarem “pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas” (MARX, 2017, p. 86). Seria a burguesia capaz, em sua fase histórica conservadora, de criticar o modo de produção por tensionar os fatores além de sua capacidade de reprodução?

Poderíamos, numa tradição luxemburguista (LUXEMBURGO, 1970), argumentar que a própria reprodução ampliada do capital não prescinde da absorção – frequentemente violenta e, em todo caso, extra-econômica – de fatores que se encontram fora do sistema. Isto significa que uma autêntica reprodução cíclica, sistêmica, é impossível, e que o capital só sobrevive mediante a espoliação de recursos que ele nunca repõe, seja por meio da exploração insustentável da natureza, da utilização de trabalho reprodutivo não-pago, de *land-grabbs* ou da escravidão pura e simples, a qual mata o trabalhador e a trabalhadora de tanto trabalhar, para depois substituí-los através do tráfico, mas não os reproduz.²

Em passagem em que apresenta a natureza como fator produtivo, Marx destaca a dependência que a reprodução ampliada do capital tem dos recursos espoliados aos corpos e ao solo e, ao mesmo tempo, a necessidade de superação dialética dessa ordem de relações, superação que há de vir com uma forma superior de sociedade, cujas determinações compõem a agenda de pesquisa da economia política:

2. O argumento é baseado na categoria “acumulação primitiva”, desenvolvida no capítulo 24 de *O Capital* (MARX, 2017). Rompendo com a ideia que a acumulação primitiva constitui um evento no passado, sublinha-se a existência de uma acumulação primitiva continuada; isto não está, necessariamente, em contradição com o argumento de Marx, para quem a acumulação é “*assim chamada* primitiva”. Para exemplos recentes desta discussão, cf. Fraser (2016), Harvey (2005), Patnaik e Patnaik (2017) e Shivji (2019).

O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob a forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas ao mesmo tempo em que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (...). Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (...). Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2017, pp. 572-574).³

Nessas condições, qual a possibilidade real, se adotarmos a delimitação do campo da economia política proposta por Hinkelammert (1990), de uma economia política burguesa? Considerando o argumento da espoliação dos recursos, a pressão exercida pelo capital sobre o trabalho e a natureza até seu limite – isto é, o limite da reprodução da vida – não representa para a burguesia uma questão a ser equacionada, dada a própria essência do modo de produção capitalista; representa a consequência natural de sua atuação no mundo e, portanto, do entendimento que tem sobre este. Numa palavra, não representa um *problema* científico ou político. E se, portanto, a ciência é uma atividade de resolução de problemas (KUHN, 1998), a questão da reprodução dos fatores nem chega a se colocar para a burguesia.

Deste modo, não há razão para a burguesia proceda ao entendimento crítico do modo de produção capitalista e do esgotamento dos fatores produtivos, e a formulação científico-política de nova síntese na relação humanidade-natureza (e também das relações humanas propriamente ditas), a que se refere Marx e que é tarefa da economia política, deverá ser realizada pela economia política socialista. Além disso, a economia política sendo uma ciência que objetiva a reprodução dos fatores, ela seria essencialmente anti-burguesa, pois a existência da burguesia enquanto classe, segundo essa perspectiva, depende e deriva do esgotamento dos fatores.

3. Agradeço a Bruno Reikdal Lima por me chamar-me a atenção tanto para essa passagem como para o posfácio da segunda edição de *O Capital*, citado na página anterior.

A previsão de Hinkelammert de que a suposta nova economia política burguesa tomaria os departamentos universitários, redefinindo a ciência econômica, não parece ter-se realizado. É provável, ao contrário, que essa nova economia política tenha sido a resposta teórica a um momento histórico de avanço concreto da classe trabalhadora e dos povos oprimidos do mundo, avanço que também teve seu correspondente ideal no prestígio da economia política socialista, inclusive nas universidades burguesas, como o autor menciona. A derrota provisória, mas contundente, dessas forças políticas, com a derrubada do campo soviético, parece ter aberto nova avenida histórica à economia neoclássica, que vem avançando teórica e politicamente, com o neoliberalismo. A iminência cada vez mais evidente da hecatombe ambiental à qual o capitalismo está nos conduzindo não parece alterar em nada essa situação: as respostas burguesas a esse desafio limitam-se, como ironiza Hinkelammert, ao cálculo do apocalipse “ótimo”. Não seria isto uma evidência da impossibilidade da economia política burguesa e, outrossim, do próprio modo de produção capitalista?

Ocorre que a burguesia não pode oferecer uma resposta ao desafio ambiental precisamente porque o capital não pode reproduzir-se sem espoliar a natureza. Assim, a economia política burguesa abordaria a reprodução dos fatores apenas de uma maneira historicamente limitada, não-radical. Dialecticamente, organizaria a reprodução dos fatores através de sua exploração-sem-reposição. O socialismo oferecer-se-ia, nesse sentido, como a possibilidade histórica concreta de garantia da reprodução dos fatores, natureza inclusa, e a economia política socialista, portanto, como a ciência capaz de organizar esse processo. Deste modo, a superação da economia política burguesa pela economia política socialista seria corolário do próprio desenvolvimento do pensamento, que descobre a radicalidade resultante do privilégio epistêmico dado à reprodução dos fatores. Não seria, portanto, a emergência de uma economia política *socialista* um fenômeno irreversível?

Como se sabe, a separação entre o *econômico* e o *político* é uma descoberta do pensamento que corresponde a uma época histórica em que a apropriação do trabalho excedente pela classe dominante abstrai de qualquer coação direta sobre o produtor e de qualquer domínio sobre ele a que chamaríamos hoje “político” – isto é, qualquer forma de extração *extra-econômica* do excedente, expressão cujo esclarecimento que dá ao fenômeno em tela é ele mesmo revelador do quanto esta forma de exploração do trabalho tornou-se a forma inescapável tanto das relações sociais quanto do pensamento: a partir do momento em que emerge a extração econômica do excedente, as demais passam se definir negativamente em relação a ela. Na sociedade da extração econômica, ambos, produtor e explorador, trabalhador e burguês, aparecem como tendo estatutos juridicamente iguais, abstraindo-se as formas extra-econômicas representadas pelo privilégio de se poder reivindicar o trabalho de outrem, e por isso o direito também é a forma ideológica necessária desta sociedade. Consequentemente, a esfera do *político* aparece então como aquela em

que esses sujeitos iguais têm igual voz e responsabilidade sobre a condução dos assuntos da sociedade, coroando portanto a separação entre esta esfera e a do *econômico*.

Nessas circunstâncias, pôde emergir uma ciência econômica e uma ciência política como campos do pensamento cujo objeto é uma ou outra esfera de relações, ambas parte de uma totalidade concreta, embora analiticamente separadas. Sabemos, entretanto, que não obstante essas esferas estejam legitimamente separadas, pois sua separação corresponde a uma determinada forma em que se manifestam as relações sociais de produção, isto não é toda a verdade. A extração meramente econômica do trabalho excedente corresponde à *forma específica* em que a extração do excedente em geral e o domínio político se manifestam nesta sociedade. O *recalque* (no sentido freudiano) do político ou do extra-econômico constitui a forma através da qual o político e o extra-econômico se manifestam no modo de produção capitalista, o que fica evidente tão logo a trabalhadora retira-se da esfera mercantil dos sujeitos iguais, assinando um contrato de trabalho – ou melhor, com esse ato, coroa-a – e se torna a parte dominada da relação de trabalho no interior da qual está plena e diretamente sujeita ao domínio político.

Nesse sentido, estou de acordo com Hinkelammert de que a economia política é mais que a inter-relação ou junção do econômico com o político. Ela é a ciência para a qual essas esferas não se apresentam como separadas. A economia política antecede, não apenas cronologicamente, mas também logicamente o momento em que elas foram separadas – ela é a ciência que permite enxergar as causas e consequências dessa separação. Logo, não há razão para juntar algo que não se separou. Não se trata de rearticular as duas esferas, mas de dar um passo atrás e entender de conjunto a totalidade do fenômeno.

Esta delimitação do campo da economia política é mais abrangente que a oferecida por Hinkelammert na primeira parte de *Democracia y totalitarismo* (HINKELAMMERT, 1990), porque ela inclui a questão da reprodução dos fatores, mas não se detém aí. A economia neoclássica só pôde abstrair da reprodução dos fatores pois estava concebido o econômico como uma esfera separada da totalidade, e separada não no pensamento, mas na própria realidade. Nessas circunstâncias, pode-se pensar apenas a atribuição ótima dos recursos. Mas se o econômico não existe enquanto tal, prescindir da reprodução de fatores não faz qualquer sentido. Com efeito, o problema da reprodução dos fatores refere-se, desde logo, à totalidade social, e não é redutível às esferas econômica e política.

Isto explica também porque a burguesia é uma classe é politicamente desinteressada e epistemologicamente incapaz de produzir conhecimento em economia política, pois fazê-lo pressupõe historicizar o conhecimento sobre a sociedade e não pensar a sociedade burguesa como contida em si mesma, como fenômeno a-histórico cujas características fazem-se presentes em qualquer época histórica ou mesmo na chamada “natureza humana”. Pensar a totalidade social como não composta por esferas separadas já implica em ver para além do modo de produção capitalista, seja compreendendo sua gênese

histórica, seja vislumbrando sua superação, o que definitivamente não está no interesse da burguesia. Assim, delimitar o campo da economia política por sua antecedência lógica à separação entre o *econômico* e o *político* revela o caráter radicalmente socialista desta ciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Bruno Reikdal Lima por submeter o presente texto à sua atenta leitura e afiada crítica. A manutenção de eventuais erros são de minha responsabilidade.

REFERÊNCIAS

AVELÃS NUNES, A. J. **Uma introdução à economia política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

FRASER, N. Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson. **Critical Historical Studies**, v. 3, n. 1, p. 163–178, mar. 2016.

HARVEY, D. **The new imperialism**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.

HINKELAMMERT, F. J. **Democracia y totalitarismo**. 2. ed. San José, Costa Rica: DEI, 1990.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KUHN, T. Posfácio – 1969. In: **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, pp. 217-257.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PATNAIK, U.; PATNAIK, P. **A theory of imperialism**. New York: Columbia University Press, 2017.

SHIVJI, I. G. Whither Africa in the Global South? Lessons of Bandung and Pan-Africanism. In: MOYO, S.; JHA, P. K.; YEROS, P. (org.). **Reclaiming Africa: scramble and resistance in the 21st century**. Advances in African economic, social and political development. Singapore: Springer, 2019, pp. 257-269.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Camponesa 1, 3, 4, 11

Análise de Discurso 76, 81, 82, 84, 95

Análise Dialógica 141, 142, 144

Atendimento Pré-Hospitalar 186, 187, 190

C

Ciência 1, 3, 8, 9, 10, 39, 41, 42, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 111, 123, 142, 153, 176

Comunicação 28, 29, 35, 76, 78, 83, 84, 96, 104, 106, 145, 206, 207, 208, 218

Comunidades Quilombolas 153, 154

D

Defensa 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 74

Delimitação de Campo 54

Diretoria da Instrução 164, 165, 166, 167, 171, 173

E

Economia Política 37, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

Empoderamento 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Enfermagem 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193

Enfermeiro 180, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Engenharia Humana 174, 177

Escola Técnica 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151

Estresse Emocional 186

Etnobotânica 153

F

Fortificación 63, 69

Frontera Militar 63, 64, 71, 72

G

Gestão Metropolitana 43, 45, 47, 49, 50, 51

H

Higiene Pública 164, 165, 167, 168, 170, 172

I

IIRSA 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115

Inspeção da Instrução 164, 165, 168, 170

Integração Sul-Americana 98, 101

J

Jardim Romântico 129, 130, 131, 140

L

Laicização da Cidade 129, 132, 138

Lucro 5, 39, 40, 41, 42, 90

M

Meio Ambiente 10, 39, 41, 57, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 115, 144, 155, 202

Monocultura 6, 39

P

Paisagem Urbana 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151

Pensamento Burguês 54, 56

Pensamento Socialista 54, 56

Plantas Medicinais 153, 154, 155, 161, 162

Políticas no Campo 1

Políticas Públicas 1, 2, 4, 5, 6, 16, 76, 90, 93, 94, 95

R

Riscos Ocupacionais 174, 175, 176, 177

Rocaille 129, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140

S

Saber Popular 153

São Paulo 11, 12, 21, 36, 37, 38, 42, 52, 53, 62, 90, 93, 96, 110, 114, 115, 128, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 152, 161, 162, 182, 193, 200, 207, 208, 217

Saúde do Trabalhador 174, 176, 177

Subjetividade 43, 45, 46, 53

Subjetividade Política 43, 45, 47, 48, 49, 50

Subjetividade Social 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52

T

Terceiro Setor 76, 77, 78, 79, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Território 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 30, 34, 38, 100, 106, 110, 112, 113, 129, 132

Transgênicos 39, 40, 41, 42



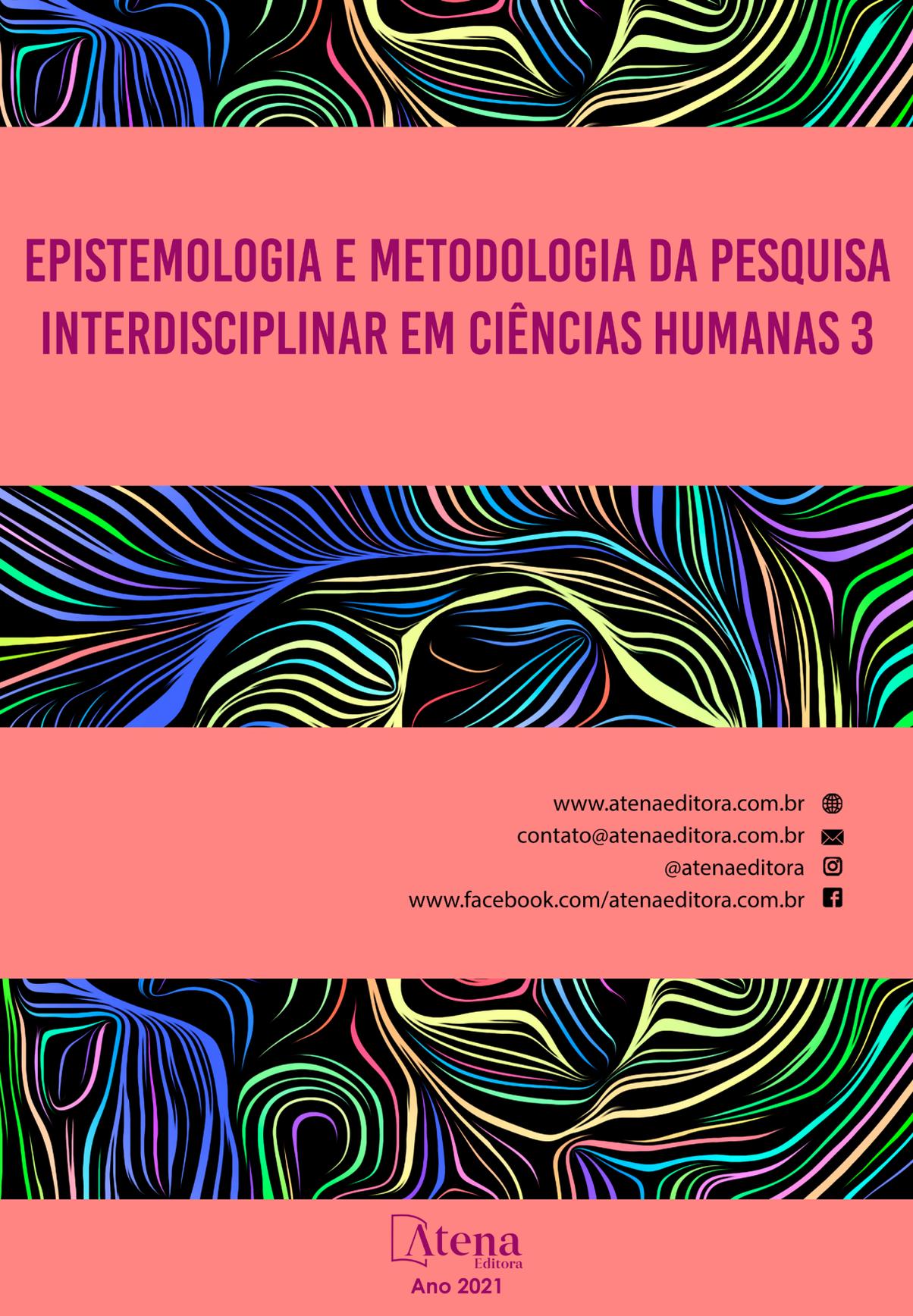
EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 